

A INCLUSÃO EXCLUDENTE DO TRABALHO INFANTIL E TRABALHO ADOLESCENTE: SUBSÍDIOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Desenvolvimento Social e Econômico Sustentável / Trabalho e Saúde

Apresentação: Apesar de mostrar redução no número de indivíduos menores de 17 anos em situação de trabalho a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD, 2007) também mostra que, no Brasil, ainda temos mais de 5,1 milhões deles trabalhando. Aparentemente essa diminuição está relacionada às políticas públicas de transferência de renda (bolsa família, bolsa PETI) que colaboram para a redução da pobreza extrema. Objetivo: investigar a produção científica referente à temática do trabalho infantil e adolescente no Brasil, para subsidiar a concepção de políticas públicas destinadas à erradicação do trabalho infantil. Método: Revisão de literatura realizada na base Scielo com recorte temporal definido (2000 a 2008). Os textos encontrados foram analisados com a finalidade de captar aspectos específicos: método utilizado nos estudos; a determinação social do trabalho infantil e adolescente; os ramos produtivos que incorporam essa mão-de-obra em ampla escala; as representações sociais que legitimam o trabalho infantil; e como operam as políticas públicas no Brasil voltadas à erradicação do trabalho infantil. Resultados: Dentre os principais resultados observa-se unanimidade em afirmar o trabalho infantil como problema de ordem estrutural, atravessado por questões econômicas, sociais, culturais, e ideológicas. Pesquisas territorializadas revelam efeitos da reestruturação produtiva em cadeias de produção marcadas pela precarização das relações de trabalho e envolvimento de crianças e adolescentes em situações de trabalho degradantes. Foram constatadas dificuldades nas intervenções estatais, sendo necessária a construção de rede intersetorial entre poder público, empresários, trabalhadores e sociedade civil para discussão do problema e planejamento de ações. Discussão: O trabalho de crianças e adolescentes persiste em cidades do estado de economia mais pujante do país em modalidades que tendem a ocultar suas conseqüências para o desenvolvimento bio-psicossocial dos envolvidos. Populações pobres, socialmente vulnerabilizadas tornam-se presas fáceis de estratégias empresariais de domiciliarização do trabalho desenvolvidas diante dos olhos do poder público. Intervenções efetivas devem incidir sobre setores produtivos que se utilizam dessa força de trabalho. Intervenções devem buscar ultrapassar os limites de políticas compensatórias.

Luis Eduardo Cobra Lacorte - CEREST - Piracicaba
Rodolfo Andrade Gouvêa Vilela - FSP-USP
Ildeberto Muniz de Almeida - Unesp - Botucatu

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.